

Apresentação VII Fórum da Internet no Brasil
Padrões abertos e acesso à informação: perspectivas e desafios
ao uso dos dados abertos governamentais

Dra. Christiana Freitas - UnB

- Dados abertos governamentais apropriados pelos cidadãos e as consequências disso especialmente para a Administração Pública e, num segundo momento,

discutir as implicações dos dados abertos para a ciência;

é impossível a gente falar desse tema sem considerar todo um processo que começa com a

CF, em 1988; processo voltado pra:

- democratização da informação pública e pra**
- tornar a gestão pública, os gastos e as finanças públicas mais transparentes;**

“Informações públicas são bens de propriedade dos brasileiros e não instrumentos de poder do agente público” (LAI, 12.527 de 2011) → essa frase exemplifica bem o processo de democratização que a gente viveu no Brasil desde a CF.

Esses esforços podem ser claramente reconhecidos não só na CF, mas nas inúmeras leis, decretos, medidas e políticas desde 88:

- a LAI, de 2011 – talvez a mais importante, como o Thiago mencionou;
- a Parceria para o Governo Aberto, de 2011, do qual o Brasil é signatário, fundador e um dos principais líderes, junto com EUA;
- A INDA, que é a política do governo brasileiro para dados abertos (instituída em 2012 por instrução normativa).

- a Política de Dados Abertos de 2016 - O Decreto nº 8777/2016, publicado no mês de maio, estabelece regras para disponibilização de **dados abertos** no âmbito do Poder Executivo Federal. A **Política** Nacional de **Dados Abertos** visa contribuir para o aumento da transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle social das ações ;

Além de várias outras leis e decretos.

O QUE IMPORTA AQUI é MOSTRAR que todos esses instrumentos **NORMATIVOS** tem como intenção promover essa democratização da informação pública, **PROMOVER** maior transparência **DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS**. A base pra isso acontecer é o estímulo à participação cidadã, consequência de um modelo de democracia participativa que vinha sendo adotado.

A gente passou, então, por um processo político-normativo que acaba por gerar uma série de implicações políticas, sociotécnicas e científicas.

1. Uma delas é a apropriação dos DAG pelos cidadãos;

Pesquisa – 41 iniciativas da sociedade civil → 16 iniciativas tem, como base de sua sustentação e existência os DAG... algumas foram citadas de manhã, que são as que tem o foco no controle social sobre os parlamentares, sobre o poder legislativo...

Mas será que essa apropriação tem gerado resultados concretos no sentido de transformar as demandas cidadãs de fato em leis, PPs, em ações governamentais? Em outras palavras, qual a repercussão dessas demandas dos cidadãos nos processos governamentais? É importante avaliarmos esse aspecto, já que toda a ideia de governo aberto e transparente está fundamentada na participação cidadã e na colaboração; a legitimidade democrática é tanto maior quanto mais as iniciativas demonstrarem ter resultados concretos nos processos políticos formais, governamentais. Coleman

E quais critérios nós temos para avaliar essa repercussão efetiva das demandas dos cidadãos em políticas governamentais? Essa é uma

demanda que a academia pode atender, especialmente os cursos do campo de públicas (criados com o REUNI a partir de 2009, curso de PPs, de gestão pública, etc.)

As plataformas digitais – essas que tem sua base de sustentação na captação e uso de dados abertos governamentais – geralmente são plataformas digitais que usam - direta ou indiretamente - os dados pra várias **finalidades ou funções sociotécnicas e políticas**:

- (1) Fomentar processos de **mobilização dos cidadãos em torno de projetos a longo prazo** (que podem vir a gerar aumento de conscientização política), como acontece com A Voz do Cidadão, Vamos Mudar, etc);

Existem plataformas digitais para

- (2) **capacitação dos cidadãos para uso** de dados abertos – e essas são fundamentais! Capacitar os cidadãos é fundamental para que esses dados abertos cheguem até eles; **capacitar para que os cidadãos percebam o acesso aos dados abertos como um direito!**

- Escola de Dados;
- Gastos Abertos.

- (3) **publicização de informações**

Mostrar o que existe - Muitas vezes os cidadãos não sabem como acessar, não sabem que a plataforma existe e o objetivo da plataforma é justamente publicizar (como o Serenata de Amor e o Politica.me) para, quem sabe no futuro, gerar movimentos de transformação política.

Elas geram bases de dados interessantes com denúncias e outras informações. Esses dados podem ser usados pela **AP!**

Como? Como esses DAG que são usados pelos cidadãos podem beneficiar a AP?

Essas plataformas que usam DAG oferecem novos dados abertos que podem, por sua vez, ser usados pela AP pra aprimorar os seus processos de gestão e elaboração de políticas em geral.

Esses dados das plataformas guardam uma quantidade incrível de **informações a respeito dos cidadãos, suas opiniões, os atos cometidos contra eles** (plataformas que denunciam assédio sexual, roubos, crimes, más condições de transporte público), **quais os serviços mal avaliados – isso tudo é publicizado por essas plataformas e esses dados são muito úteis pra AP;**

Temos vários exemplos... chega de fiu fiu, cansei de ser sardinha, onde fui roubado... no debate eu posso aprofundar mais essa ideia que, por causa do pouco tempo, agora não dá.

Ex do Chega de Fiu Fiu – MP de SP

o importante a ressaltar é que os dados abertos governamentais produzem outros inúmeros dados abertos e eles tem um benefício gigantesco pra AP e, conseqüentemente, pros cidadãos.

– o grande desafio: como a AP pode usar os produtos dessas iniciativas (que são produtos do uso dos DAG pela sociedade) para formular PPs melhores, mais em sintonia com as demandas dos cidadãos?? Não existe nada muito sistematizado nesse sentido. Esse é um desafio das ações e programas governamentais pensados para dados abertos.

Nesse sentido, os DAG não são só um instrumento poderoso para os cidadãos exercerem controle social, mas eles geram novos dados que podem se transformar em instrumento poderoso para a AP usar em seu benefício (que, em última instancia, é em benefício dos cidadãos);

É claro que a AP tem que ter interesse nessa aproximação das demandas dos cidadãos para usa-las como referência para a criação, por ex, de PPs. **É preciso ter um ambiente democrático. Sem isso, não vai haver esforço de apropriação de qquer dado que represente demanda cidadã.**

O que nós temos no Brasil até hoje é fruto de muito esforço no sentido de implementar e construir praticas democráticas. Isso

pode mudar agora, já que o cenário é muito incerto e diferente do cenário que tínhamos antes do golpe parlamentar de 2016.

2. Por fim, o uso dos dados abertos pela academia (a produção de conhecimento não científico também é outro universo fascinante a se explorar, mas também não dá pra entrar nele aqui agora);

2.1. No âmbito da produção de conhecimento científico, chama a atenção 3 **movimentos centrais** que giram em torno de um outro movimento mais amplo que é aquele em prol da ciência aberta:

(a) Publicação dos resultados de pesquisa

Movimento pela Democratização do acesso (livre) aos artigos publicados nos periódicos científicos;

?Por que pagar a uma editora, a uma corporação para ter acesso a um periódico que foi escrito pra disponibilizar resultados de pesquisas que geralmente são financiadas (especialmente aqui no Brasil) com recursos públicos?

Então existe já uma série de movimentos de pesquisadores que publicam seus artigos fora do círculo dos periódicos tradicionais (CC) – mas isso tem implicações pra eles (muitas vezes os círculos alternativos não trazem o reconhecimento que é imposto a nós buscar; é um sistema produtivista que nos impõe regras que tem que ser cumpridas e fazem com que as redes tradicionais tenham mais poder com isso)

Resumindo, é um sistema que acaba empurrando a gente pra uma lógica produtivista

(b) Movimento de Democratização do processo de avaliação por pares. Movimento que começa no início do século XXI (2000, 2001, especialmente na Inglaterra), **sugerindo o processo aberto de revisão por pares** pra acabar com uma série de problemas decorrentes do blind peer review – como preconceitos – tanto positivos quanto negativos – em relação a determinados autores,

pesq de determinadas universidades ou de determinadas escolas de pensamento, etc.

Tenho um exemplo bem interessante de um periódico que, em 2001, começou com um processo aberto de revisão por pares – o JIME, Journal for interactive Media in Education (KMI/OU) – meu artigo Liinc (2014) – também posso falar mais disso no debate;

E o que tem mais a ver com o que viemos aqui discutir:

- (c) **Movimento pela Democratização do acesso aos dados gerados pela pesquisa científica (dados estes que devem ser inteligíveis, passíveis de serem cruzados, etc. Todos os princípios que regem a abertura de dados governamentais devem reger também a abertura de dados científicos);**

Geralmente, quando vc publica um artigo com resultados, vc deixa de lado um monte de outros resultados que não entram no artigo – Thiago fala disso tb;

Com a abertura de todos os dados de todas as pesquisas, a gente teria acesso a resultados que não foram publicizados em artigos, que não foram publicados e que, muito provavelmente nem serão usados pelos autores das pesquisas (pq não interessou a aquele grupo)

Com todos os dados de pesquisa abertos, mais pesquisas podem se conectar a aquela já realizada gerando um potencial ampliado de produção de conhecimento científico.

E aí tem a proposta de criação de um “**repositório de dados**”, que pode ser individual, mas mais interessante ainda é ele ser um “**repositório institucional de dados abertos de pesquisa**”, que poderia ser fomentado por cada universidade;

2 grandes desafios:

1. Avançar na criação de mecanismos legais e normativos para a abertura dos dados e a possibilidade de uso desses dados;

2. **Mas Principalmente:** Criar condições políticas, sociais e culturais para transformar (o habitus acadêmico,) as práticas, normas e valores do campo de produção de conhecimento científico;

(O grande desafio aqui) é fazer com que os cientistas queiram fazer isso e vejam nessa possibilidade uma chance de avançarem individual e coletivamente.

É fazer o cientista entender que essa colaboração, essa produção de conhecimento de forma colaborativa – que gera commons – é o que já é hoje e é o que gera mais valor, não só privado como também público.

Esses bens comuns – geralmente imateriais, compartilhados e construídos colaborativamente – são construídos por redes descentralizadas, redes que devem permanecer assim (não estadocêntricas ou qualquer outro setor cêntrica....)

Resumindo:

- é importante abrir os dados;

Grande desafio: realmente abrir todas as bases de dados – são 119 abertas e mais de 400 ainda a serem abertas ou em atraso (em 7/11/2017).

- é importante abrir esses dados de forma que seja inteligível para o cidadão; fui uma vez tentar usar uma audiência pública sobre ética no uso de big data e quando eu baixei a audiência eu vi tudo menos uma palavra que fizesse sentido – sol, hashtag, jogo da velha, asteriscos... a inteligibilidade é fundamental!!

- é importante dar a possibilidade de realização de cruzamentos de dados, criação de apps, etc.

- Mas, além de abrir os dados e cruza-los, mais importante é fazer isso em sintonia com as demandas dos cidadãos! Daí o que pontuei em relação à necessidade de pensarmos/elaborarmos critérios de avaliação das repercussões dessas demandas nos processos políticos formais, governamentais;

- é fundamental continuar criando mecanismos legais para que essa apropriação dos dados abertos governamentais seja plena;

- e é importante, também, que a AP use os produtos dos dados abertos disponibilizados (use os dados gerados pelas redes para PPDigital da sociedade civil a partir do uso de DAG) para formular PPs melhores, mais em sintonia com as demandas dos cidadãos...